

MUNDIALIZAÇÃO, LIBERALISMO E EDUCAÇÃO NO TERCEIRO MILÊNIO: O IMPACTO DAS DEMANDAS DO MERCADO SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

Pedagoga e Historiadora, Mestre e Doutora em História, Filosofia e Educação pela FE da UNICAMP.

Docente Pesquisadora do PPGE da Universidade do Planalto Catarinense.

Email: malu04@uol.com.br

RESUMO: O globalismo e a mundialização compreendem uma abertura histórico-geográfico de um campo de disputas entre capital e trabalho. O fordismo passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção. Vale agora, ao lado da produtividade, a capacidade de inovação e competitividade. As novas formas de organização social e técnica do trabalho formam um trabalhador coletivo desterritorializado. O mundo transforma-se numa imensa fábrica, a fábrica global.. Este texto pretende discutir a formação de professores no Brasil do terceiro milênio totalmente inserido nesse processo de Mundialização do Capital, onde o Estado que assessora a Universidade é Liberal e que, portanto, entende a Educação enquanto Mercadoria de troca. O objetivo é mostrar que a responsável pela formação dos professores, a Universidade, possui rumos que estão diretamente ligados à sua fonte de financiamento, e se definem no interior dos programas político-governamentais. Usaremos Gramsci, Castells e Ianni para fundamentar teoricamente esta discussão. Nosso foco estará na argumentação de que um governo que adere à concepção de mercado, e pauta nela suas decisões, trabalhará no sentido de tornar a Universidade uma Empresa, cuja sobrevivência dependerá de sua inserção na rede global. Nesse caso, admitir-se-ia que, para sobreviver, a Universidade teria que se auto-ajustar conforme os fluxos aos quais estaria submetida.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Políticas de Educação Superior.

GLOBALIZATION, LIBERALISM AND EDUCATION IN THE THIRD MILLENNIUM: THE IMPACT OF MARKET DEMANDS ON EDUCATION POLICIES IN PUBLIC UNIVERSITIES

ABSTRACT: Globalism and globalization include a historical and geographical opening in a field with disputes between capital and labor. Fordism becomes to be combined with or be replaced by the loosening of work and production processes. Now, it is considered of worth, side by side to productivity, innovation capacity and competitiveness. The new ways of social organization and work technique make a deterritorialized collective worker. The world turns into a huge factory, a global factory. This paper intends to discuss the training of teachers in Brazil of the third millennium fully inserted in the process of globalization of capital, where the State assists and the University is liberal and that, therefore, understands education as a commodity of exchange. The goal is to show that the University, which is responsible for the training of teachers, has paths that are directly linked to the same source of financing and are defined in the inner government political programs. We will use Gramsci, Castells and Ianni to theoretically support this discussion. Our focus will be on the grounds that a government which adheres to the market concept, base on it its decisions, work towards making the University into a company whose survival will depend on their integration into the global network. In this case, it would be admitted that to survive, the University would have to be self-adjusting to the flow to which it would be submitted.

KEYWORDS: History of Education. Higher Education Policy.

“Caída nos acontecimentos tradicionais, expulsa do seu refúgio estatal para as ruas do Mercado, deslocada de seus hábitos, de seu paradigma, de sua familiaridade, sua tradição, a universidade reclama, urgentemente, um pensamento que a oriente em meio ao bosque mercantil.” (W. Thayer)

O liberalismo recente (nas versões neo e ultra) tem encontrado defesas radicais, no sentido de se fazer valer a política de abertura do mercado. Pode-se destacar como resultado desse radicalismo, o princípio da redução máxima do papel do Estado. Os liberais surgiram em contraposição às doutrinas mercantilistas, que, mesmo admitindo a limitação das regulamentações internas, eram mais favoráveis a uma política governamental ativa, destinada a aumentar a participação nacional nos mercados internacionais. Os liberais, a partir dos fisiocratas e de Adam Smith, radicalizaram o princípio da liberdade interna e ainda mais na esfera externa.

O *credo liberal* foi-se afirmando, graças à industrialização, frente aos princípios da ética paternalista católica e do mercantilismo. Nesse sentido, o individualismo inerente ao liberalismo clássico tornou-se a ideologia dominante do capitalismo, cujos princípios norteadores foram o egoísmo, a frieza calculista e o atomismo (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 56). Os indivíduos agiriam movidos pelos impulsos egoístas de maximizar sua *felicidade*, isto é, diminuir o sofrimento e aumentar os prazeres. Adam Smith, o grande sistematizador do ideário liberal, por exemplo, afirma que devemos esperar o pão não da bondade do padeiro, mas do seu egoísmo, pois seria pensando em aumentar os seus lucros e não em fazer uma boa ação que ele se empenharia em produzir suas mercadorias.

Para Smith, (1985, p. 50) no caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer se conseguir interessar em seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca

lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1985, p. 50).

Ao lado do egoísmo calculista, destaca-se a atribuição de uma inércia originária constituindo a natureza humana. Nesse aspecto, os fatores desencadeadores da ação seriam o prazer e a dor. A natureza submeteu o homem a dois senhores: a dor e o prazer, sendo que o prazer difere da dor apenas quanto à intensidade, sem, portanto, haver diferenças de qualidade entre ambos. A consequência prática dessa doutrina seria o preconceito em relação aos trabalhadores, que eram vistos como *incuravelmente preguiçosos*. Hunt & Sherman citam o Reverendo Joseph Townsend, para quem a fome exerceria não só uma pressão “*mansa, silenciosa e incessante*”, sendo a motivação fundamental para a indústria, pois o “*agulhão da fome tangê-los-ia para o trabalho*”. Quanto aos homens *superiores*, os capitalistas, estes eram motivados pela ambição.

Nas próprias tendências individuais encontrar-se-iam as tendências *harmonizadoras* do mercado. Movido por essas forças inerentes aos indivíduos, o mercado não necessitaria de nenhuma intervenção governamental. O livre jogo das forças agindo nos indivíduos, ainda que aparentemente desordenado, produziria uma harmonia em sua totalidade. Bastaria desatramar a livre iniciativa e a livre concorrência para que tudo ocorresse de forma adequada à natureza das coisas.

Na verdade, como certos defensores do mercado costumam admitir, o liberalismo radical seria um anarquismo. Entretanto, os liberais não estariam dispostos a admitir outros valores do *anarquismo* sem cair em contradição. Contudo, certas linhagens liberais admitiram um intervencionismo mitigado ou até mesmo *aprofundado*. Isso se tornou uma tendência depois do *crack* da bolsa de valores de *New York* e da onda de falências, cortes drásticos na produção e nos investimentos, com altíssimo nível de desemprego.

Enquanto durou o círculo vicioso do declínio da renda nacional e do desemprego em massa, milhares de corporações faliram e milhões de trabalhadores perderam seus empregos. Perante tal quadro ameaçador da *liberdade* e da *propriedade*, bens sagrados do credo liberal, surge a idéia de um controle centralizado da economia, capaz de sanar os males provocados pelos *desarranjos* ou *desajustes* do mercado, que, na verdade, seriam crises profundas do capitalismo. A este respeito, diz Peter Greaves que a “*Grande Depressão iniciada em 1929 (...) foi contrabalançada com sucesso apenas pelo estímulo aos armamentos e pelo advento da II Guerra Mundial. Esta constatação é extremamente deprimente. Pode a depressão ser*

derrotada apenas pela criação de formas de destruição? É esta a lógica do homem racional?¹”.

Na verdade, a racionalidade dos indivíduos atomizados, que agindo em vistas de seus fins egoístas contribuiriam para o bem comum, conforme a teoria da mão invisível e da harmonia natural das forças agentes no mercado foi contestada pela histórica crise do capitalismo. A racionalidade a que se refere Greaves seria a razão planejadora, capaz de estabelecer metas comuns, de criar novas fontes de emprego e de alocar recursos que não poderiam mais ser distribuídos pelo mercado. No entanto, os esforços e estratégias dos governos dos países capitalistas em crise acabaram por usar os aparatos do planejamento não em função da generalidade dos cidadãos, mas na defesa da propriedade e dos interesses do capital, fato que não implicaria em discutir os fundamentos do liberalismo, mas em esforçar-se por mantê-los. Isso mostra que os princípios que fundamentavam as decisões dos “*planificadores*” capitalistas neste século não estavam voltados para problemas ‘*éticos*’ em torno dos valores humanos – vida, liberdade, tolerância, que na verdade seriam antigos valores do liberalismo clássico –, mas apenas com a salvaguarda da propriedade e dos lucros que dependiam da continuação das atividades econômicas.

Keynes não apenas participou diretamente da decisão de políticas anticíclicas geradoras de emprego na crise de 29, como mostrou através de equações a possibilidade do equilíbrio fora do pleno emprego, questionando, portanto a corrente principal da economia na época – Keynes é o pai das “*frentes de trabalho*”.

Keynes dizia que o Estado deveria contratar trabalhadores nem que fosse para cavar buracos que outros trabalhadores tapassem: era necessário criar um fluxo de renda para as mãos dos desempregados para reaquecer a economia; desse modo, nas relações capital-trabalho, os sindicatos poderosos neutralizam o poder das grandes corporações, assim como as poderosas associações de consumidores neutralizam as forças monopolistas e oligopolistas dos grandes comerciantes. Instaura-se uma espécie de equilíbrio de mercado, como se uma mão invisível harmonizasse os interesses de todos. O todo harmonioso compõe-se, agora, de um pequeno número de gigantes neutralizados, e não mais de uma infinidade de pequenas empresas atomizadas, competindo umas com as outras (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 185).

É em tal contexto, somado à ameaça comunista, que surge a doutrina econômica keynesiana. Keynes a formulou a partir da constatação do não automatismo dos processos econômicos. O mesmo quadro utilizado para uma empresa isolada aplicar-se-ia também para

¹ Prefácio. In: *Política versus técnica no planejamento*. BUSTELO, B. E. (org). Política e Técnica no Planejamento. SP: Brasiliense, 1982. p. 9.

a economia em seu conjunto. Os fluxos circulares apresentam vazamentos. Parte do dinheiro que flui das empresas para o público não retornaria diretamente para as empresas. Parte do dinheiro das empresas não seria investido, parte de semelhante renda seria poupada em Bancos. Embora esse vazio pudesse ser preenchido por aqueles que contraíssem empréstimos bancários e despendessem quantias superiores às suas rendas, Keynes teria constatado que, no auge da prosperidade, a poupança geralmente supera o investimento, formando-se uma poupança líquida ou um vazamento real no fluxo circular rendas-despesas. Como outras fontes de vazamentos, Keynes teria indicado o fato de ao adquirirem bens e serviços de empresas estrangeiras, as pessoas gastariam em importação o dinheiro gasto com bens nacionais e ainda o fato das somas que as pessoas destinam ao pagamento do imposto são também retiradas do fluxo rendas-despesas.

Conforme Keynes, as economias capitalistas maduras possuiriam um limite de oportunidades para investimentos lucrativos. O “*mal*” vincular-se-ia ao fato de que “*cada empresa enxergaria apenas o seu problema*”. O que para Marx e Lênin seria um *mal* incurável inerente ao capitalismo foi visto por pensadores ligados ao capitalismo como susceptível de controle por intervenções destinadas a “*suprimir as distorções na distribuição de rendas e, conseqüentemente, reduzir a poupança*” (HUNT & SHERMAN, 1977, p. 170). Já para Keynes, quando a poupança excedesse os investimentos, o governo deveria intervir, recolhendo o excesso de poupança mediante empréstimo e investindo o dinheiro em projetos de utilidade social, visando criar condições para o pleno emprego, sem alterar o estoque de capital. Tratar-se-ia sobretudo de projetos ou investimentos em setores de utilidade pública, como a construção de escolas, hospitais, parques, etc.

O grande papel ideológico desempenhado pelas teorias de Keynes foi o de “*atribuir importância central ao Estado no planejamento racional das atividades econômicas*”. Tornou-se um trunfo da burguesia que enfrentava ameaças advindas da crise interna do capitalismo e das “*advertências*” externas representadas pelo avanço da social-democracia, vinculada aos movimentos socialistas e ainda aos *feitos* do comunismo na Rússia que, então, tendia a se espalhar pelo mundo.

Para Keynes, “*a questão principal era combinar a regulação da economia pelo Estado com o funcionamento da economia de mercado baseada na propriedade privada*”, numa tentativa de reestruturar o capitalismo a fim de evitar sua destruição devido às suas próprias forças. Daí então as propostas de intervenção governamentais para conter as crises recorrentes, visando manter o pleno emprego e taxas de crescimento contínuas. Rompendo com os preceitos tradicionais do capitalismo, admitiu-se como inevitável a intervenção

governamental, com incrementos dos gastos públicos para incentivar a produção e o consumo, admitindo até mesmo os indigestos déficits orçamentários por parte do poder público (SAVIANI, 1991, p. 98-9).

Outro fator político e ideológico importante analisado por Hunt & Sherman (1977, p.177) refere-se ao fato de que as teorias keynesianas teriam proporcionado elementos para que a ideologia neoclássica enfrentasse o mais importante problema econômico da década de 30, mas ao mesmo tempo obscureceram ou agravaram outros problemas, como a concentração de poder econômico na mão de uma ínfima minoria. A onda de intervencionismo gerou uma traumática crítica de um dos mais destacados defensores contemporâneos do liberalismo, Friedrich A. Hayek, Prêmio Nobel de Economia em 1974. Trata-se da obra *O Caminho da Servidão (The Road to Serfdom)*, publicada pela primeira vez em 1944. Com ele nasceriam os novos defensores da ideologia capitalista que, recentemente, se agruparam em torno do ideário *neoliberal*.

Mesmo com toda a polêmica em torno do planejamento e da regulamentação da economia, tem vencido entre os liberais a idéia de que a função do Estado *é fortalecer e tornar mais eficaz o jogo da competição*, o que na verdade é um *recrudescimento* ou uma revitalização da ideologia capitalista clássica.

Atualmente, o capitalismo tem sua expressão ideológica maior no denominado *neoliberalismo*. Essa nova versão da ideologia capitalista *radicaliza* a proposta de redução das funções do Estado. O Estado mínimo deveria reduzir ao máximo o seu papel em relação à economia. Propõe-se um total desmantelamento dos sistemas públicos voltados para atender os setores sociais, como subsídios, investimentos diretos e regulamentação das atividades econômicas típicas das políticas do Estado do bem-estar social. Prega-se mesmo a desmontagem do sistema público de previdência social e a *privatização* das empresas estatais. A antiga noção de investimento público em setores estratégicos não faria mais sentido. No que diz respeito ao comércio internacional, as nações mais poderosas pregam uma total liberação de fronteiras e tarifas, se bem que, na verdade, elas continuam mantendo uma série de medidas protecionistas, que não se limitam às restrições do *dumping* social, mas a uma série de cobranças de taxas diretas e indiretas que acabam incidindo sobre os interesses dos parceiros comerciais, principalmente os mais fracos.

A educação, ainda que muitas vezes tivesse seu caráter de investimento lucrativo negado, tornou-se sempre um fator de destaque nas preocupações empresarias. Desde as preocupações de Smith com uma instrução mitigada aos trabalhadores, passando pela proposta de uma educação mais diversificada e constante de Condorcet, chegando aos

princípios da educação liberal contemporânea de adequação da mão-de-obra a partir da especialização e da disciplina, inerentes à proposta taylorista, tem-se destacado o papel do Estado como responsável pela educação básica – embora a maioria concorde que devessem prevalecer escolas da livre iniciativa com objetivos idênticos, isto é, voltados para a preparação do trabalhador visando aumentar a sua eficiência e adaptabilidade em obediência aos imperativos da produção, ainda que as escolas particulares estivessem voltadas para o outro lado, o dos futuros dirigentes das linhas de produção.

Na verdade, a luta de classes nas fábricas deve ser analisada em torno da relação teoria e prática, dos detentores do saber analítico (engenheiros) e daqueles que possuem somente apenas o saber funcional, ou seja, o discurso técnico e operativo. Mas no que se refere às mudanças históricas da educação, é destacável o processo de racionalização, reorganização e industrialização pelo qual os sistemas de ensino vêm passando no capitalismo.

SILVA Jr. e SGUISSARD (1999), retomando M. F. Enguita (1993, p. 260), mostram que basicamente a escola passou por três momentos no contexto histórico das relações capitalistas: “(...) *no primeiro, o ensino faz parte simplesmente das condições gerais da produção capitalistas, mas não é assumido como processo de trabalho pelos capitais particulares; no segundo, introduz-se no ensino o capital, sob a forma de capital de serviço; no terceiro, tende-se a substituir o capital de serviço por capital industrial*” (p. 101). Para os autores, o ensino apresenta-se como qualificação da mão-de-obra, produzindo a “mercadoria força de trabalho” e sendo assumido pelo Estado devido aos seus altos custos (p.101). No segundo momento, o setor de ensino passa a ser *explorado pelo capital de serviço*: “*são empresas educacionais que exploram o setor no contexto do movimento de saturação/expansão provocado pela própria racionalidade do capital*” (p. 102). Assim surgem as empresas de ensino, e o “*processo acadêmico-científico, no caso da educação superior, torna-se mercadoria*” (p.103). No terceiro momento, ainda segundo SILVA Jr. e SGUISSARD (1999), prevaleceria a industrialização do setor de ensino. Trata-se da base em que a racionalidade do capital “*introduz mercadorias necessárias à educação*” (p. 103). Com isso tem-se o seguinte quadro geral:

Assim, além da introdução do capital industrial – que já traz consigo uma lógica organizativa da produção capitalista –, observa-se a reconfiguração do campo educacional, segundo uma racionalidade não específica de sua natureza. Basta observar que, por exemplo: 1) as avaliações introduzidas no campo educacional como um todo induzem a participação de instituições privadas na sua realização e a mudanças no mercado editorial; 2) a educação a distância produz a necessidade de compra de uma imensa parafernália de

objetos (instrumentos, aparelhos) para sua execução (...); 3) as novas normas jurídicas para o recredenciamento de cursos de graduação induzem à constituição, de forma terceirizada, de consultorias, pelos *centros de excelência da educação superior* (p.103).

A configuração do mercado obedece à lógica da *geometria variável* típica da sociedade em rede e da economia informacional. Trata-se de uma economia que combinaria uma “*estrutura permanente e uma geometria variável*”. O mercado reflete a nova divisão internacional do trabalho em que prevaleceriam quatro tendências: produção com alto valor baseada no trabalho informacional; produção de grande volume baseada no trabalho de mais baixo custo; produção de matérias-primas segundo os recursos naturais; produção redundante própria do trabalho desvalorizado. Trata-se de uma divisão do trabalho baseada não mais conforme determinações nacionais, mas conforme a distribuição dos agentes econômicos ao longo da estrutura global flexível das redes. Tanto as nações com economias mais avançadas quanto as mais atrasadas estariam susceptíveis a essas quatro tendências. Contudo, nos países em que determinam mais os fluxos do capital, prevalece a primeira forma de produção, baseada no trabalho informacional, ao passo que nos países marginalizados economicamente prevaleceriam as últimas formas de produção.

Ainda que, no movimento imprevisível do capital, nações inteiras possam ser conectadas ou desconectadas da rede mundial, a globalização caracterizar-se-ia, sobretudo pela *crescente interpenetração dos mercados*. Essa interpenetração se dá principalmente com a flexibilização que daria um novo dinamismo ao capital, agora fazendo uso das novas tecnologias informacionais, pois essas novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para outro entre economias em curtíssimo prazo, de forma que o capital e, portanto, poupança e investimentos, estão interconectados em todo o mundo, de banco de dados a fundo de pensão, bolsa de valores e câmbio. Uma vez que as moedas são interdependentes, as economias de todas as partes também o são. Embora os centros empresariais forneçam os recursos humanos e instalações necessárias para gerenciar uma rede financeira cada vez mais complexa, é nas redes de informação que conectam esses centros que as verdadeiras operações de capital ocorrem.

Esse movimento global do capital torna-se cada vez mais autônomo frente ao desempenho real da economia. O novo mercado mundial funcionaria como um cassino global: um mercado de capitais global, unificado, funcionando em tempo real, com alta velocidade nas transações, conforme a interconexão e o fluxo de informação, que possibilitam uma interação *online* dos diversos setores econômicos. Nesse cassino global, a mão do mercado

tornou-se totalmente invisível. As variáveis seriam tantas que impossibilitariam qualquer determinação das tendências econômicas.

Frente ao mercado pouco restaria ao Estado. Isso se deve ao fato de que, com o advento das novas tecnologias da informação em contraste com as tecnologias mecânicas, subverteram-se as noções de soberania e auto-suficiência, impondo os conceitos de conectividade e identidade (soberania) compartilhada.

Embora o Estado tente reafirmar seus poderes frente ao mundo a partir da criação de instituições supranacionais, isso acabaria por comprometer mais ainda a sua soberania. A fraqueza do Estado nesses novos tempos está no fato da sua incapacidade ao lidar não só com o poder das redes globais, mas também com as identidades singulares espalhadas por seu território, manifestas nos diversos movimentos, tais como grupos étnicos, religiosos, ecológicos, a questão dos gêneros, etc.

A crise do poder do Estado nacional acentua-se com a intensificação da transnacionalização da economia nacional. Esta perda de controle da informação devido à globalização forma os diversos tipos de mídia, conseqüentemente a crise fiscal e o desaparecimento das funções que legitimavam os governos, como por exemplo, a política de bem-estar social. Há também a transformação da própria sociedade civil em decorrência dos sistemas de representação, como os sindicatos e os partidos. Soma-se a esses fatores de enfraquecimento do poder do Estado a própria desconfiança dos indivíduos em relação ao poder centralizador do Estado-Nação, que desencadearia uma série de manifestações organizadas contra as diretrizes federais.

Ao lado dos agentes que dão voz a projetos de identidade, visando a transformação dos códigos culturais, tais como líderes religiosos e outras personalidades simbólicas e radicais, encontra-se num agente totalmente impessoal e espalhado uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede: *"Essas redes fazem mais do que, simplesmente, organizar atividades e compartilhar informações. Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais. Não só pela Rede, mas em suas múltiplas formas de intercâmbio e interação. Seu impacto sobre a sociedade raramente advém de uma estratégia altamente articulada, comandada por um determinado núcleo"* (CASTELLS, 1999b, p. 426).

Um Estado é desenvolvimentista, na visão de Castells, quando estabelece como princípio de legitimidade sua capacidade de promover e manter o desenvolvimento, entendendo-se por desenvolvimento a combinação de taxas de crescimento econômico altas e

constantes e transformação estrutural de um sistema econômico, tanto internamente quanto em suas relações com a economia internacional.

Para Manuel nem todos os Estados, contudo, tentaram fundar sua legitimidade no consenso da sociedade civil. O princípio da legitimidade pode ser exercido em nome da sociedade na forma em que se encontra, no caso do Estado democrático, ou em nome de um projeto societal conduzido pelo Estado que se auto-intitula intérprete das ‘necessidades históricas’ da sociedade, o Estado como ‘vanguarda’ social, na tradição leninista. Quando esse projeto societal envolve uma transformação fundamental da ordem social, costume chamá-lo de Estado revolucionário, com base na legitimidade revolucionária independentemente do grau de interiorização de tal legitimidade por seus sujeitos, a exemplo do Estado do Partido Comunista; quando o projeto societal levado avante pelo Estado respeita os parâmetros mais amplos da ordem social, para o Estado desenvolvimentista, o desenvolvimento econômico não é um objetivo, mas um meio: o meio de implementar um projeto nacionalista, superando uma situação de destruição material e derrota política após uma grande guerra ou, no caso do Hong Kong e Cingapura, após o rompimento de seus laços com seu ambiente econômico e cultural” (CASTELLS , 1999a, p. 201).

O papel do governo tornar-se-ia cada vez mais irrelevante frente à nova forma de dominação e resistência social, que na lógica da sociedade em rede se daria de forma descentralizada por meio da inclusão seletiva e da exclusão de funções e pessoas em diferentes estruturas temporais e espaciais. Contudo, o autor não admite a *versão simplista* da globalização, que ignoraria a persistência do Estado-Nação e renegaria a importantíssima função do governo na definição da estrutura e da dinâmica da nova economia.

Castells reconhece a importância do governo para o desenvolvimento econômico, principalmente na modalidade nacionalista de modernização autoritária ou democrática. O autor mostra-se pessimista no que concerne a uma integração total dos mercados mundiais. Os interesses das corporações transnacionais inevitavelmente se vinculam, em última instância, a algum território. A competitividade na nova economia global liga-se à capacidade política das instituições nacionais e mesmo supranacionais voltadas para ampliar o predomínio econômico dos países e regiões que representam.

As ações governamentais não se limitariam a administrar o comércio, mas visariam, igualmente, apoiar o desenvolvimento tecnológico e treinamento de recursos humanos. A conexão governo-empresa é fundamental na economia globalizada. Esta ainda seria uma economia politizada. Contudo, a ação governamental visa promover, sobretudo uma reestruturação socioeconômica e uma revolução tecnológica em conformidade com os

interesses econômicos das corporações transnacionais. Países que fogem a essa lógica da globalização tendem a se tornar defasados, pois “*rápidas transformações tecnológicas combinam inovações empreendedoras com estratégias governamentais deliberadas em apoio a pesquisas tecnológicas. Países que se tornaram vítimas da própria ideologia vêem sua posição tecnológica e econômica cair rapidamente em relação aos outros*” (CASTELLS, 1999a, p. 109).

No caso, países vítimas da própria ideologia são aqueles que mantiveram políticas econômicas não afinadas com a globalização. Contudo, a participação do Estado na promoção da capacitação tecnológica é fundamental no mundo globalizado. Apoiar a ciência e a tecnologia refere-se, portanto, ao financiamento direto ou indireto (subsídio e isenções fiscais) dos programas de Pesquisa & Desenvolvimento das empresas. A tecnologia torna-se um elemento capaz de modular certos aspectos da interação do governo com as empresas e destas entre si. Isso se refere sobretudo ao fato de que isoladamente uma empresa não poderia tornar-se auto-suficiente tecnologicamente.

Para se alcançar ou manter a competitividade é necessário participar em redes de capacitação tecnológica. Trata-se do que Castells denominou de sistema S.T.I. (Sistema Científico / Tecnológico / Industrial / Social). Esse sistema envolve a cooperação e a competitividade entre os agentes nele envolvidos.

Ciência, tecnologia e informação também são organizadas em fluxos globais, embora em uma estrutura assimétrica. A informação tecnológica patenteada desempenha um papel importante na geração de vantagem competitiva, e os centros de Pesquisa & Desenvolvimento estão muito concentrados em certas áreas e em algumas empresas e instituições. Entretanto, as características dos novos conhecimentos favorecem sua difusão. Centros de inovação não conseguem viver em sigilo sem esgotar sua capacidade inovadora. A comunicação de conhecimentos numa rede global de interação é, ao mesmo tempo, a condição para o rápido progresso dos conhecimentos e o obstáculo para o controle de sua propriedade. Além disso, a capacidade de inovação está armazenada basicamente em cérebros humanos, o que possibilita a difusão da inovação com a rotatividade de cientistas, engenheiros e administradores entre organizações e sistemas produtivos (CASTELLS, 1999a, p. 113).

A capacitação tecnológica desde os recursos humanos, inovação tecnológicas, uso adequado das novas tecnologias, ambos envolvidos com a base científica do processo produtivo e administrativo, depende em muito das políticas governamentais. No que concerne à relação entre empresas, a formação de redes de capacitação tecnológica exige uma interligação através de acordos e *joint ventures*. Contudo, esses entrelaçamentos não impedem

a concorrência. Disso resulta a necessidade de uma constante inovação das empresas. Embora entre as indústrias de alta tecnologia as alianças tendam a possibilitar um aproveitamento máximo dos recursos investidos em Pesquisa & Desenvolvimento pelas partes, no que se refere às estratégias mercadológicas particulares das empresas, a inovação e a criatividade tornam-se essenciais para mantê-las competitivas.

A inovação é o elemento fundamental para se adaptar as condições de imprevisibilidade. “*O valor agregado é gerado principalmente pela inovação, tanto dos processos como dos produtos*” (CASTELLS, 1999a, p. 265), sendo que a inovação propriamente depende do potencial de pesquisa e da capacidade de especificação. A divisão social do trabalho na empresa se faz em conformidade com a função do trabalhador frente à inovação. Com o processo rotulado de globalização, verifica-se uma expansão das atividades industriais juntamente com uma retração dos empregos industriais. Ainda que os empregos que não exigem qualificação profissional desapareçam, a sua tendência é de se retrair ou manter-se num patamar baixo.

A tendência é de se polarizar em dois extremos: o de baixa qualificação e o de alta. Esses empregos de baixa qualificação, apesar de sua taxa de crescimento mais lenta, podem representar uma grande proporção de estrutura social pós-industrial em termos de números absolutos. Em outras palavras, as sociedades informacionais poderiam ser caracterizadas por uma estrutura social cada vez mais polarizada em que os dois extremos aumentam sua participação em detrimento da camada intermediária (CASTELLS, 1999a, p. 227).

É destacável, para se compreender a atividade acadêmica, a discussão elaborada por Castells em torno do conceito de serviços. Segundo sua análise, a definição de serviços a partir da sua intangibilidade, imaterialidade, na tentativa de opor a produção de bens, seria desprovida de sentido. Grande parte do que se denomina serviço está diretamente ligada com a indústria.² Muitas atividades consideradas como serviços tais como a produção de *software*, vídeos, projetos de microeletrônica, pecuária baseada na biotecnologia e muitos outros processos cruciais característicos das economias avançadas juntam irremediavelmente seu conteúdo de informação ao suporte material do produto, impossibilitando a distinção dos limites entre *bens* e *serviços*. O trabalho do pesquisador, ligado aos projetos conexos da academia com a empresa, caracteriza-se por esse hibridismo entre atividade serviço e atividade produtora de bens.

² Castells não admite a oposição entre setores de empregos rurais, industriais e de serviços, de modo que com o advento da sociedade pós-industrial prevaleceria o setor de serviços e a eliminação progressiva do emprego industrial. “A distinção apropriada não é entre uma economia industrial e uma pós-industrial, mas entre duas formas de produção industrial, rural e de serviços baseadas em conhecimentos” (CASTELLS, 1999a: 226).

Esse trabalho híbrido característico do profissional altamente qualificado vincula-se com a necessidade de inovação, portanto com o aumento da competitividade e da sobrevivência das empresas. Assim, os pesquisadores ocupariam uma posição elevada na estrutura horizontal, sem de fato ser hierárquica, da divisão social do trabalho na empresa. Castells destaca níveis de atividades conforme o grau do envolvimento informacional do trabalho. Para ele, há os *trabalhadores ativos* na rede, que dão a *última palavra* e que *estabelecem conexões por iniciativa própria*, navegando *pelos rotas da empresa em rede*. Em segundo plano viriam os *trabalhadores passivos na rede* ou *participantes*, que embora estejam conectados, pois trabalham *online*, não decidiriam *quando, como, por que e com quem*. Por fim destacam-se os trabalhadores *desconectados* ou meros *executores*, que *apenas implantam decisões*, estando, portanto *"presos a atividades específicas, definidas por instruções unilaterais não-interativas"*. Conforme essa *representação sintética*, a atividade do profissional ligado a Pesquisa & Desenvolvimento encontra-se em um nível alto na divisão social do trabalho, sendo, porém subordinada aos *dirigentes*.

Castells lembra que a universidade, longe de ser mera torre de marfim, tem sido o centro de inovação e difusão do conhecimento. As universidades são elementos fundamentais dos *"tecnópoles"*, ou *meios de inovação industrial de alta tecnologia*. Trata-se de centros em que se agrupam vários fatores, tais como capital, trabalho e matéria-prima, reunidos por algum tipo de empreendedor institucional e constituídos por uma forma particular de organização social.

O papel da universidade nessas redes de inovação é fundamental. No caso do vale do Silício o papel pioneiro coube à Universidade de Stanford, que lançou o parque industrial de Stanford, base de todo o empreendimento revolucionário da microeletrônica. Aquela Universidade cumpriu o papel de *ator institucional* capaz de agrupar os elementos definidores da rede de inovação em questão. Ainda que uma universidade nem sempre possa se destacar pelo pioneirismo, sua participação nas redes de inovação tecnológica é fundamental. No emaranhado reticular promovido pela empresa, o papel da academia vincula-se às *redes de cooperação tecnológica*, que ao lado das redes de fornecedores, de produtores, de clientes e redes de coalizões-padrões interagem, proporcionando a acumulação do capital.

Conforme o ideário da sociedade em rede proposto por Castells, despontam duas tendências no que concerne ao *trabalho do acadêmico* frente à inovação tecnológica. Na primeira, ocorreria uma contratação exclusiva dos seus serviços, o que vincularia o cientista ao quadro dos funcionários de uma determinada empresa. Na outra tendência, a interação entre a universidade e a empresa dar-se-ia por uma espécie de terceirização do programa de

Pesquisa & Desenvolvimento por parte das empresas. Caberia, portanto, às universidades em questão produzir pesquisas conforme os projetos contratados. Conforme a especificidade dessa última tendência, a universidade tenderia a tornar-se cada vez mais uma organização do que uma instituição, uma vez que a sobrevivência nas redes da economia informacional exige um comportamento estratégico.

Conforme a ética da sociedade em rede, os indivíduos, no caso os trabalhadores, cientistas, empreendedores capitalistas, estariam todos emaranhados na rede das redes, ou na nova forma de expansão do capital: a globalização dos mercados. Não haveria mais classes e respectivos interesses, mas apenas indivíduos, empresas, instituições etc. interagindo, quer dizer, “*cooperando*” e “*competindo*”. Segundo os novos valores, a cooperação e a competição tornar-se-iam não disjuntivas, podendo conviver num mesmo tempo e mesmo espaço (dos fluxos). Admite-se tacitamente a inelutabilidade desse processo de expansão do capital. Trata-se de conectar-se ou excluir-se. A sobrevivência depende da capacidade de lidar com a informação, e do poder de inovar. Trata-se de uma das mais bem elaboradas expressões ideológicas do liberalismo moderno, ou da hegemonia burguesa. A preponderância desse tipo de pensamento é tão forte que qualquer tentativa de análises diferentes, principalmente as ligadas à perspectiva dos interesses da classe trabalhadora, é vista como ideológica ou anacrônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já falamos as liberdades locais só podem subsistir em função das determinações da expansão do capital. Abstratamente pode-se falar em liberdades, mas no conjunto o sistema é determinado, de modo que a ascensão e queda das empresas dependem muito mais das condições gerais de competição do que da criatividade e inovação dos agentes. Nesse sentido, a inovação tecnológica é uma necessidade: ou se inova ou se é suprimido pela concorrência.

No capitalismo o progresso técnico resulta do movimento geral de expansão do capital, da concorrência. A flexibilidade local, enquanto fator de maximização produtiva, explica-se, sobretudo pela dura lógica do capital, cujo movimento, expresso historicamente, arrasta empresas e universidades. A liberdade e a espontaneidade do trabalhador, do cientista envolvido nos grandes projetos de inovação em Pesquisa & Desenvolvimento produzem uma subordinação dissimulada ao interesse do capital.

A concepção da sociedade em rede mostra que, apesar de todas as transformações verificadas historicamente, os princípios básicos do capitalismo continuam os mesmos, o que reunifica todas as concepções de liberalismo. Nesse sentido, do ponto de vista político-institucional, na lógica do pensamento liberal a liberdade deve se coadunar com o sagrado direito da propriedade. A igualdade não seria pensada a não ser enquanto condições jurídicas e formais ou então, conforme o modelo de empresa flexível, como criatividade produtiva do trabalhador subordinado ao capital. Em todo caso, tanto no liberalismo de ontem como no de hoje, cabe ao Estado garantir as condições da igualdade formal e da liberdade de fato, ou seja, dos que têm poder e capital.

No ideário da sociedade em rede, tanto os trabalhadores quanto os empresários estariam sujeitos aos princípios da competitividade e da inovação. A liberdade da mão-de-obra deve ser a da alocação sem entraves. Cabe à formação da mão-de-obra polivalente prepará-la para circular nas malhas da rede do capitalismo mundial. Os trabalhadores que não adquirirem um padrão que lhes possibilite tal flexibilidade formariam setores estagnados da rede em que as energias e saberes não circulariam, gerando nódulos de improdutividade. Por outro lado, o próprio capitalista estaria diluído numa rede de acionistas e num centro de fluxos de ações, isto é, seria um grande apostador no cassino mundial, em que saber jogar é mais importante do que saber produzir com qualidade e competência. Os “*trabalhadores*” devem não só diluir-se nas equipes de produção, mas também devem estar capacitados para formarem novos vínculos, para se deslocarem dentro do fluxo que percorre as malhas da grande rede. O trabalhador, como o empresário, deve estar preparado para lidar com o imprevisível. Resta ver quais seriam as vantagens do trabalhador e como ficarão aqueles que não estiverem inseridos na *rede*. O número destes tende a crescer, o que exigirá do sistema novos *ajustes*, que só a história dirá quais serão.

Entendida dentro da lógica dos fluxos reticulares, a globalização mostra, sobretudo, como há uma relativização do poder dos estados nacionais no tocante ao controle do processo de produção e distribuição da riqueza. Esse processo tem adquirido, cada vez mais, dimensões mundiais. Contudo, é possível compreender esse processo de expansão mundial do capitalismo dentro de outros prismas teóricos. Nesse sentido, ao lado de interpretações que enfatizam a inexorabilidade do processo das formas de expansão do capital, deve-se também se ater às visões críticas que acentuam a necessidade de se investigar formas de resistências nacionais e em especial dos trabalhadores conectados ou não, bem como do grande contingente de excluídos, que não seriam “*nem mesmo considerados dignos de exploração, pois se tornariam irrelevantes, sem nenhum interesse para a economia de desenvolvimento*”

*globalizada*³”. Trata-se de mostrar as várias faces da interpretação de um mesmo fenômeno. Veremos que tais interpretações, carregadas de vieses ideológicos, afetam profundamente a percepção dos acadêmicos, bem como do modelo de academia que consideram mais aceitáveis.

Para Ianni (1996, p.14), a globalização significa um “*surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório*”⁴. Trata-se de um desenvolvimento “*intensivo e extensivo*” do capitalismo devido à recente revolução tecnológica, ligada à informatização de processos produtivos e com a reviravolta nos meios de informação. Com isso, verifica-se o advento de novos bens de consumo, a “*recriação*” da divisão internacional do trabalho e a “*mundialização*” dos mercados. O capitalismo globalizou-se também pela sua “*penetração*” na parte do mundo que até então (até 1989, antes da queda do muro de Berlim e a desagregação econômica, territorial, geográfica, cultural da antiga União Soviética e das nações a ela ligadas) era de economia socialista, planejada e centralizada. Contudo, o capitalismo global está intimamente ligado com o capitalismo nacional. Nesse sentido, diz Ianni,

“o capitalismo competitivo, monopolístico e de estado” não está superado pelo capitalismo global. (1996, p.159). “Note-se que as tecno-estruturas das corporações transacionais e das organizações multilaterais aperfeiçoam e desenvolvem suas atividades beneficiando-se bastante das contribuições dos think-tanks, ou seja, das produções de equipes de intelectuais dedicados, em geral de modo exclusivo e sistemático, à realização de estudo, diagnósticos e prognósticos relativos aos mais distintos problemas locais, nacionais, regionais e mundiais” (IANNI, 1995, p. 155).

A mídia atua das e para as mais diversas localidades sempre no sentido de manter um consenso em torno dos valores da *globalização*. Os intelectuais especialistas em tomadas de decisão, os que “*planejam*” as ações das corporações, traçam estratégias de mercados, indicando as possibilidades de aumentar a competitividade.

O globalismo, a mundialização compreende uma abertura histórico-geográfica de um campo de disputas entre capital e trabalho, empresas em competição, Estados em disputas por investimentos e controles estratégicos das corporações, entre o local, o regional e global.

A nova divisão internacional do trabalho redistribui, por todos os países e continentes, empresas, corporações e conglomerados, agências publicitárias e mídia. Essa nova

³ Expressão de Fernando Henrique Cardoso, citado por CASTELLS, 1999a, p. 148.

⁴ IANNI, O. *A era do globalismo*, RJ: Civ. Brasileira, 1996, p. 14. “*Um dos signos principais dessa história, da globalização do capitalismo, é o desenvolvimento do capital em geral, transcendendo mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturas e civilizações*”. p. 19.

redistribuição determina novas formas de organização social da produção. O fordismo passa a “*combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção*”. Juntamente com os novos produtos e padrões de consumo surgem novos setores de produção e novas formas de serviços financeiros, novos mercados. Vale agora, ao lado da produtividade, a capacidade de inovação e competitividade. As novas formas de organização social e técnica do trabalho formam um “*trabalhador coletivo desterritorializado*”. O mundo transforma-se “*em uma imensa fábrica*”, a “*fábrica global*”.

O elemento básico que distingue a interpretação de Ianni daquela proposta por Castells refere-se à concepção de ação coletiva. Castells não admite nenhuma possibilidade de subsunção ampliada e de formação de centros gerais de comando, no máximo admite lugares privilegiados de ação. Ianni admite que nos órgãos internacionais e transnacionais configuram-se centros de decisão capazes de ditar os rumos da globalização. A visão de Ianni enfatiza a soberania, em seus diversos escalões, como expressão básica da autodeterminação, o que, de certo modo, amplia o campo de ação governamental, ainda que o admita como uma esfera de ação relativizada nos tempos de globalização. Nesse sentido, para Ianni são possíveis políticas de planejamento em vários domínios de ação, ao passo que para Castells só seriam possíveis estratégias de inovação e adaptação a novos cenários.

As malhas da rede formada pelas relações capitalistas estão longe de ser tecidas independentes de centros capazes de dar definições aos tipos de textura. No sistema liberal os nós são afrouxados ou *tensionados* conforme intenções e pressões de uma “*mão invisível*”, às vezes, embora quase sempre bem visível. O “*Grande Irmão*” e o Leviatã, ainda que imperceptíveis, não descansam na contínua tarefa de manter a *harmonia* entre os desiguais. Aqui nós vemos que o ideal burguês da *liberdade* de empreendimento e harmonia entre interesses egoístas particulares e o bem público, além de supor a desigualdade como *natural*, e constituindo mesmo o motor da economia, admitiria um Estado de prontidão, capaz de manter as coisas *determinadas* pelo mercado.

Os rumos da academia, diretamente ligados com a fonte de financiamento da mesma, definem-se no interior dos programas políticos governamentais. Um governo que adere à concepção de sociedade em rede, e pauta nela suas decisões, trabalhará no sentido de tornar a academia uma empresa entre empresas, cuja sobrevivência dependerá de sua inserção na rede global. Nesse caso, admitir-se-ia que, para sobreviver, a academia teria que se auto-ajustar conforme os fluxos aos quais estaria submetida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.L.P. Relação Universidade-Empresa: a questão do repasse tecnológico em uma perspectiva histórica. Campinas: Unicamp, 1995. Dissertação de Mestrado.
- _____. *Universidade Pública & Setor Produtivo*. Campinas: Alinea, 2002.
- _____. *Pós-Modernidade & Ciência: por uma história escatológica?* Campinas: Alínea, 2003.
- _____. *Políticas Educacionais & Práticas Pedagógicas: para além da mercadorização do conhecimento*. Campinas: Alinea, 2005.
- BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- BUSTELO, B. E. (org.). *Política versus técnica no planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRASIL. Documento da Secretaria da Ciência e Tecnologia. A Política Brasileira de Ciência e Tecnologia 1990/95. Brasília, outubro de 1991.
- CASTELLS, M. (a) *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. (b) *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. (c) *Fim de Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAIMOVICH, H. “Independência e conhecimento: a caminho de uma política de desenvolvimento científico, tecnológico”. In: RODRIGUES, P. S. et al. *Universidade e a Pesquisa, o público e o privado*. RJ. UFRJ, 1997.
- COLTON, R. University/Industry Cooperative Research Centers are proving themselves. *Research Management*, (march-april), 1987.
- CORTELAZZO, I.B.C. & OLIVEIRA, V. B. Telemática: proposta e desafio à educação e comunicação. *Informática em Psicopedagogia*. São Paulo: Ed. SENAC, 1996.
- DAVIS, B. Technology Brokers Meet Limited Success. *High Technology*. (Oct. 1985).
- ETZKOWITZ, H. “Entrepreneurial science in the academy: a case of the transformation of norms”, in *Social Problems*, v. 36, n. 1, 1989.
- FÁVERO, M. L. A. *A Universidade Brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. Brasil. Ed. Arte Nova. 1977.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Quaderni del cárcere*. Torino Enaldii Editore, 1975, v. I e II.

_____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HUNT & SHERMAN. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MARX, KARL. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. “Teses sobre Feuerbach (III)”, In: Marx, Karl e Engels, Friedrich. TEXTOS. SÃO PAULO. Edições Sociais, 1977, s/d. v. 03. p. 118.

_____. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural. 1985, v. III.

MOREL, R. L., *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

NEVES, L.M.W. *Educação e Política no Brasil de Hoje*. São Paulo: Cortez, 1994.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

RATTNER, H. *Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, P.S. (org.). *Universidade e a Pesquisa, o público e o privado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

RUGIU, S. A. *A Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, D. Educação e questões da atualidade. *Livros do Tatu*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 98.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. *Educação, do senso comum à consciência filosófica*. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

_____. *A Nova Lei da Educação*. 3ª ed. revista. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOBRINHO, J. D. *Avaliação Institucional da Unicamp: processo, discussão e resultados*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

SOBRINHO, J. D. & RISTOFF, D. K. (orgs.). *A Universidade Desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

SILVA Jr, J. R. & SGUISSARD, V. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil*. Bragança Paulista: EUDUSF, 1999.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. I.

THAYER, W. *La crisis no moderna de la universidad moderna*. Santiago de Chile: Editora Cuarto Próprio, 1996.

VELHO, S. *Relações Universidade-Empresa: desvelando mitos*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

WASSBLUTH, M. *Mecanismos de articulación de la investigación científica y tecnológica con los sectores productivos*. UNESCO, 1989, mimeo.

WEBER, M. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

WEBSTER, A. & ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: the second academic revolution. SPSG Concept Paper, n. 12, Science Policy Support Group, Londres, 1991.

ZIMAN, J. "Research as a career", Science Policy Support Group, (mimeo), London, julho, 1989.

_____. *A força do conhecimento*. São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1981.

_____. *Conhecimento público*. São Paulo: Itatiaia e EDUSP, 1979.

ZUCKERMAN, H. Theory choice and problem choice in science. *Sociological Inquiry*, 1987, v. 48. n. 3 e 4, p. 65-95. CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Recebido: Setembro/2004
Aprovado: Dezembro/2008